







[subsídios\\_contab@cm-maia.pt](mailto:subsídios_contab@cm-maia.pt)

5. O pagamento da última parcela referida no ponto 3, fica cumulativamente condicionado ao cumprimento da alínea d) da cláusula cinco.
6. A componente mencionada no ponto 2 será liquidada até ao limite referido, após apuramento técnico do montante, com base nos documentos apresentados, e contra a apresentação de faturas.

### COMPONENTE DE APOIO NO CUSTO DE TRANSPORTES

1. Com vista ao apuramento dos custos efetivos a compartilhar na componente de apoio no custo de transportes, o segundo outorgante remete ao primeiro outorgante os seguintes documentos:
  - Pedido formal, indicando as provas/jogos oficiais da época desportiva que cumpram o critério, bem como o custo por deslocação e o valor total da despesa efetuada;
  - Boletim de jogo oficial de cada deslocação (com data, local, escalão e demais informações pertinentes), quando aplicável;
  - Mapa com a lista de deslocações, devidamente preenchido, em modelo fornecido pelo Município;
  - Faturas/recibos das deslocações realizadas na época, contendo a descrição do serviço (autocarro e distância percorrida).
2. Os custos efetivos de comparticipação são apurados através da seguinte fórmula:
  - número de km x 1,50€ (correspondendo a 75% do preço médio por quilómetro obtido em consulta de mercado, isto é 2,00€).
3. Após análise pela Divisão responsável pelo Associativismo, dos documentos apresentados pelo segundo outorgante, será apurado ao valor a liquidar, o qual será comunicado à Divisão de Contabilidade para efeitos de liquidação.



São obrigações do Segundo Outorgante:

- CAMARA MUNICIPAL DA MAIA

um desconto de 50% sobre qualquer custo, sempre que estes comprovem a sua deficiência económica mediante apresentação da declaração de abono de família - escalão B;

- i) Respeitar, em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com o primeiro outorgante e ao estrito cumprimento do presente Contrato, o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), bem como a legislação nacional aplicável;
- j) Respeitar os princípios estabelecidos no Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED), em todos os eventos, provas desportivas e outras iniciativas que realizar sob a sua responsabilidade ou em parceria com outras entidades, sob pena, o seu incumprimento implicar a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo primeiro outorgante;
- k) Entregar, até 30 de junho de 2025, o relatório de atividades e contas relativo ao ano transato, aprovado pelo conselho fiscal, e sempre que os apoios concedidos por este Município naquele ano, totalizem valores iguais ou superiores a 50.000,00€, este deve ser certificado por sociedade revisora ou revisor oficial de contas, acompanhado do relatório demonstrativo da Certificação Legal das Contas (CLC).

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA**

1. O incumprimento do disposto na cláusula 5ª, por razões não fundamentadas, concede à Câmara Municipal da Maia, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do projeto desportivo objeto deste contrato.
2. Caso a participação financeira concedida pelo primeiro outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do projeto desportivo, o segundo outorgante obriga-se a restituir ao primeiro outorgante, os montantes não aplicados.



## OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

## REVISÃO DO CONTRATO

## VIGÊNCIA DO CONTRATO

## DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada, este contrato – programa é publicitado na página eletrónica do primeiro outorgante.
2. O presente contrato será suportado por conta de verba inscrita no orçamento sob a rubrica orçamental 25/040701, cujo encargo está sustentado pelo compromisso n.º 2660/2025, (compromisso de fundos disponíveis n.º 5357), em 19 de dezembro deste ano.
3. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
4. Da decisão cabe recurso, nos termos da lei.



Assinado em Maia e Paços do Concelho, a 29 de dezembro de 2025, em dois exemplares de igual valor.

**O 1.º OUTORGANTE**

**O 2.º OUTORGANTE**

